

# O TERROR NA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE ATUAL

**RENATO JANINE RIBEIRO**

[Professor titular da USP]

O ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center foi uma obra de arte, afirmou Stockhausen. A frase causou escândalo e logo foi corrigida; havia sido extraída de seu contexto; o que ele dissera foi que era “a maior obra de arte de Lúcifer”. Há uma enorme diferença entre as duas expressões, e sem a menor dúvida a citação maldosamente separada de sua conclusão (“de Lúcifer”) deu uma visão errada do que pensa Stockhausen, mas – mesmo nessa atribuição falsa – podemos perceber um caminho já trilhado no passado, como, por exemplo, na apologia do “ato gratuito”, que ocorreu no começo do século XX e que acabava constituindo, na maioria esmagadora dos exemplos, um ato de *violência*. Haveria algo de artístico na violência extrema. Assim, na obra de André Gide, autor que teoriza o ato gratuito, bem como na evocação retroativa que apresenta *Crime e castigo*, de Dostoiévski, como uma obra em que se pratica tal sorte de ato, são *sobretudo atos violentos* que aparecem, assim, como sem causa, como escapando ao princípio de causalidade. Com razão, numa resenha de 1961 sobre *O acochado* (*A bout de souffle*, o filme de Godard), o crítico Benedito J. Duarte, da *Folha de S. Paulo*, dizia: “Jean-Luc Godard, intelectual de seu tempo, panfletário, crítico e realizador de cinema a um tempo, com este seu estranho e perturbador *A bout de souffle*, remaneja um tema já abordado por Gide e por Camus (o autor de *L'étranger*): a imotivação de gestos e de atos, ou a força do ato gratuito, num mundo em que o homem, pobre mortal, se vê a braços com uma natureza rude e imperecível, regendo

o comportamento humano, numa época inteira, ou apenas numa fração de tempo.”

E continua: “A *bout de soufflé* é assim inteiramente composto (creio que nessa película, o termo ‘composto’ deva substituir o vocábulo ‘realizado’) de fragmentos (ou toda uma série) de atos gratuitos ou de gestos imotivados. É um gesto gratuito que move Michel a suspender a saia de uma desconhecida em plena rua; é um ato gratuito que leva Michel a assassinar um guarda rodoviário em sua viagem de Marselha a Paris; é um ato imotivado que impele Patrícia a denunciar Michel ao inspetor de Polícia; é um gesto imotivado que leva este a matar Michel, quando facilmente poderia prendê-lo ali na rua, pois, nesse momento, Michel já era um ser entregue e realmente *à bout de soufflé* [literalmente, sem mais nenhum fôlego].”<sup>1</sup>

Reitero: todos os atos *imotivados*, isto é, sem causa, gratuitos no sentido literal do termo, têm em comum serem de *conseqüências* malélicas. Podem não ter *causa*, mas têm efeitos maus. É importante frisar isso, porque esse efeito mau não pertence à definição do ato gratuito, que é simplesmente o ato sem causa; mas, na prática, constata-se que tais atos sem causa têm resultados perversos.

O ato gratuito é assim um ato que aponta para a ausência de causa no mal que vivemos. É como se ele nos indicasse: (i) constatamos o mal, (ii) e ele nos estarrece porque não sabemos a que se deve. Há assim um espanto terrível diante do mal, porque ele aparece sem causa. O mal é extremamente superavitário em relação ao seu entorno, ao mundo em que ele está, ao mundo no qual e do qual em princípio ele teria nascido. É superavitário porque é excessivo (pense-se nos genocídios do século XX), mas, além de seu excesso quantitativo, marca também um exagero qualitativo: faz-se

1. Folha de S. Paulo, 25/5/61, disponível em [http://www.facom.ufba.br/com112\\_2001\\_2/nouvelle-vague/texto\\_03.html](http://www.facom.ufba.br/com112_2001_2/nouvelle-vague/texto_03.html)

mal, talvez num *quantum* em que nunca se fez, mas além disso se faz mal sem razão, sem causa, numa dimensão que nunca se teve. O problema não é apenas o de uma economia do mal: é de uma etiologia do mal, se pensarmos em termos médicos, ou de uma epistemologia do mal, se pensarmos em como conhecê-lo, em como apreender suas causas, suas origens.

O mundo que percebemos não explica o mal nele (ou por ele?) gerado. O nazismo talvez seja, desse ponto de vista, o exemplo histórico arrematado de um excedente enorme em face do mundo que o antecede e o rodeia, mas poderíamos lhe acrescentar o stalinismo e seus avatares. O ato gratuito teria chegado a seu extremo nos totalitarismos do século XX. E no entanto esses totalitarismos se revestem de mitos ou de razões. Não ficam totalmente inexplicados. O nazismo se embebe do mito ariano. O comunismo justifica suas chacinas por “objetivos”: Fulano não é culpado, mas sua ação pode trazer tais conseqüências que isso justifica ser, ele, sacrificado, como mostra admiravelmente Koestler no *Zero e o infinito*, ou Sartre em *As mãos sujas*. O ato gratuito tem em comum com o nazismo e os totalitarismos genocidas a surpresa enorme que traz a desproporção entre o entorno e o mal. É o raio em céu azul.

Falamos assim de imaginário que por um certo tempo – nada curto, porque parece ir de Dostoievski ou mesmo Nietzsche até Godard – esteve no horizonte das relações humanas, sociais, políticas. Mais recentemente, o filme *Nuovecento*, de Bertolucci, apresentava um fascista-futurista que arrebatava um gato de encontro a uma parede, expressando ao mesmo tempo a gratuidade de seu ato e o culto da violência. Estará esse imaginário presente no terrorismo?

Na verdade, não. O terrorismo pode ser muitas coisas, mas não se pode dizer que seja gratuito. Não desculpa em nada o terror a observação de que ele somente prospera lá onde há alguma base social para o descontentamento: na Irlanda do Norte, no Afeganistão,

no Iraque ocupado. Há, portanto, causas para ele, ao contrário do que seria o caso do ato gratuito. Há mais um ponto a salientar: há responsabilidade.

A gratuidade do ato insinuava a possibilidade de que ele, por sua violência, em alguns casos, fosse artístico. É visível isso no futurismo. É visível em algumas formas pelas quais foi percebido ou praticado o nazismo, o fascismo: os *skinheads* parecem ser seu eco tardio. Subsiste algo disso mesmo na frase de Stockhausen, quando caracteriza a destruição das Torres como obra de arte, ainda que diabólica. A questão que passa a existir é, então: haverá um demonismo na arte? O que remete à pergunta sobre as relações entre a arte e o mal, a que voltaremos depois.

Vivemos desde o final do século XIX o fim da trindade axiomática, da idéia de que entre bem, belo e verdadeiro haveria um vínculo: em pouco mais de um século, a idéia de verdade se enfraqueceu na ciência, que passa a vê-la, quando muito, como provisória; a beleza deixou de ser a meta dos artistas, e somente o bem parece ainda conservar um caráter positivo, embora seja cada vez mais difícil sustentar que bem e mal mantenham, entre si, uma diferença bastante clara. Não quero dizer que as massas concordem com esse esvaziamento dos valores tradicionais, mas os especialistas das áreas, sim. São os artistas e os *connoisseurs* que não dão mais tanto valor à beleza, são os cientistas e os filósofos que reduziram o alcance da verdade, são também os filósofos que consideram mais difícil localizar quem detém o bem e quem, o mal. Mesmo assim, dos três valores, o que se revela menos dispensável é o do bem, e não tanto por si próprio, mas pela dimensão que alcançou nos últimos cem anos o mal em política, o mal na relação com o outro. Com efeito, à véspera da Grande Guerra, isto é, em 1913, o mundo parecia relativamente pacífico. O preço disso era o primado das monarquias e o pouco espaço político ocupado pelas repúblicas e democracias – dos

países importantes do mundo, apenas a França e os Estados Unidos adotavam o regime republicano, enquanto no Reino Unido, na Alemanha, na Rússia, na Itália, na Espanha, na Áustria-Hungria, na Turquia e no Japão o monarca e os grandes aristocratas desempenhavam, quase sempre, um papel de destaque.

Devemos acrescentar que o século XX foi, conforme comentou Eric Hobsbawm, um “século curto”, começando com a Revolução Russa em 1917 e terminando com a queda da União Soviética em 1991 ou a de seu império, dois anos antes. A moda dos séculos de duração variável se inicia com o século XVIII francês, que também foi curto, indo da morte de Luís XIV, em 1715, à Revolução Francesa, em 1789. Em compensação, o século XIX teria sido bastante longo, durando talvez desde a revolução burguesa na França – ou, pelo menos, se aceitarmos que o período 1789-1815 teria sido um *intermezzo* – desde a restauração Bourbon até a revolução comunista na Rússia. O que é interessante nessa notação é que, salvo a morte de Luís XIV, os marcos de início e fim dos séculos são revoluções, sendo a mais recente a menos sangrenta, a “de veludo” de 1989. Também é digno de nota que, ao findar o século XX, ao cair o comunismo, toda uma evocação positiva do passado pré-1914 se produza: teria sido bom se os bolchevistas não tivessem tomado o poder na Rússia e em outros países; teria sido positivo que se conservasse o Império Habsburgo, com sua tolerância entre diferentes etnias e religiões, em vez de ingressar a Europa Oriental numa fase de nacionalismos e, finalmente, de saneamento étnico; em suma, poder-se-ia até acrescentar, o que não vi ninguém sugerir, mas seria possível, que a atual União Européia em muitos pontos retoma a lição Habsburgo, a começar pela recusa do princípio do nacionalismo ou da nação como fundamento para a associação política. O Império austro-húngaro parece assim ser hoje um paradigma oculto, escondido, disfarçado da Europa que hoje se unifica: religiões, etnias, passados diferentes se combinam, ainda

que à custa de um déficit democrático, porque a União Européia não tem eleições em que se siga o princípio de “uma pessoa, um voto”.

O que é assustador, ao se aproximar o centenário da I Guerra Mundial e vinte anos depois de encerrado este “século curto” que foi o XX, é que o mal reponta na política, mas um mal que não é mais o do nazismo. Há vários pontos a distinguir o terror atual, quer do terror praticado no “ato gratuito”, quer do terror nazifascista. O primeiro é que os atuais terroristas – e refiro-me inevitavelmente sobretudo àqueles que, desde 11 de setembro de 2001, assumiram o perfil do terrorista islâmico, do muçulmano radical assombrando o Ocidente – não têm nada de gratuito ou mesmo estético em seus atos. A beleza, o caráter estético pode ser vislumbrado pelo espectador ocidental: há algo de magnífico na destruição. Mas o terá sido pelo terrorista das Torres? Uns sabiam que iam morrer. Outros – parece que a maioria – ignoravam que eram cordeiros sacrificais. Pode ser que os *morituri* tenham sentido uma emoção estética, mas é mais provável que fosse de forte ordem religiosa. Percebiam-se cumprindo uma missão. Deus estava com eles. Em pouco, estariam no Paraíso. Essa, aliás, uma diferença brutal entre distintas crenças no Paraíso. A maior parte dos ocidentais é composta de cristãos que, longe de ansiarem por logo chegar ao Paraíso, esperam que esse encontro demore o máximo possível. Alguns, sim, minoria no Ocidente e no Oriente, desejam para logo o encontro com Deus. Ora, a questão é se com isso o ato terrorista adquire um sentido, ao contrário do ato gratuito do futurista; e, além disso, um sentido que é o do Bem. O terrorista das Torres não considera que esteja fazendo o mal. Quando Bush assim o apoda, erra. Na verdade, ao terrorista das Torres – ou de Bali ou de tantos outros lugares – aplica-se o raciocínio que Maquiavel elaborou, séculos atrás, entre o mal menor e o mal maior. Devemos praticar o bem sempre que possível, e o mal quando necessário. Essa é a convicção, ainda que inconfessa, de todo

*major player* político. Será preciso, para vingar os abandonados do Afeganistão, aqueles que os Estados Unidos manipularam para destruir a União Soviética e depois deixaram sem casas, sem luz, sem estradas, sem saúde, cravar uma chaga no sul de Manhattan, deixar uma ferida aberta na vida do dinheiro? E que diferença isso tem em relação à decisão de Truman, em 1945, de abreviar a guerra com o Japão destruindo com a bomba atômica as cidades de Hiroshima e, antes mesmo que o Mikado respondesse, Nagasaki? Há diferença entre esses massacres e o uso ilimitado da força nas expedições neocoloniais dirigidas contra o Afeganistão e depois, esta sem razão nenhuma que a legitimasse, contra o Iraque? Raras vezes os discursos de um lado e de outro se aproximaram tanto. Osama bin Laden e George W. Bush falam ambos em guerra do bem contra o mal. Apenas, trocam os sinais: o mal é o outro. Cada um poderia falar dias sobre os males que o outro lado causa – por exemplo, Bush pode criticar a condição feminina sob os talibans enquanto Osama condenará a exploração do corpo das mulheres e sua prostituição no Ocidente capitalista – e terão ambos razão. É essa, sabemos desde Hegel, a marca da tragédia: ela é incapaz de aceder a um ponto de vista universal. Temos duas particularidades (ou mais) intensas, fortíssimas, mas inconciliáveis. Daí que, no embate entre bem e mal, a partida se salde por um empate.

Esse empate ainda é agravado porque, decorrência do que dissemos, não existe um entendimento único, universal sobre o que é o terror. Aqui, saímos dos contendores imediatos: não são apenas Bush e Osama os atores, mas uma multidão de pensadores e políticos, uns dos quais consideram terroristas os atos individuais cometidos contra os ocidentais no mundo inteiro, enquanto outros consideram atos de terror as ações de Estado praticadas pelo Ocidente (Estados Unidos, Israel, Grã Bretanha) contra os orientais. Com isso, chegamos a uma situação extremamente difícil. Falávamos do mal na política e

de seu apogeu nazifascista, talvez stalinista. Sugeríamos que hoje se veria um *replay* dessa situação. No entanto, quando nos aproximamos das ações de terror, vemos que a oposição bem-mal não funciona no presente momento. Condenaremos sem dúvida os sérvios pelos massacres na Bósnia, mas isentaremos os croatas? Condenaremos quem matou kosovares em massa, mas que dizer da reação albanesa contra os sérvios do Kosovo? Sem dúvida houve isso na II Guerra Mundial. A Finlândia, que esteve próxima dos nazistas para se defender dos ataques soviéticos, não sofreu condenação das Nações Unidas. Mas, de modo geral, aqueles que – mesmo para se protegerem de situações locais na Europa Oriental ou na Ásia – se voltaram contra os aliados foram severamente punidos. Contudo, essa simplificação do confronto, que acabou deixando todo o bem de um lado e todo o mal de outro, foi permitida pelo extremo de mal que o nazifascismo difundiu. Devemos levar a sério a frase de Churchill quando Hitler invade a União Soviética: ele se aliaria com o próprio diabo para enfrentar e vencer os nazistas. Ou seja, o diabo é relativizado: há um mal pior que o inferno, e esse é o nazifascismo. É um mal extremo, que faz empalidecer o da própria religião. Ora, é possível dizer isso dos tempos presentes? Tomemos a chacina de Ruanda, pouco mais de dez anos atrás. Foi efetuada com a conivência do governo francês, ao que tudo indica. Sabemos quais são os responsáveis? Mais ou menos. São, serão punidos? Não. Contudo, foi um genocídio comparável aos perpetrados contra judeus e ciganos. Perto dele, o que é o atentado às Torres? Relativamente pouco.

Pois uma enorme diferença entre os anos 30-40 e os anos 1990-2000 está no local em que a cena do mal se dá. O nazismo vitimava europeus, brancos, cultos, ricos. Produzia seu efeito no centro do mundo. Mesmo que isso tenha sido tolerado ou ignorado na época, quando veio à tona marcou a História. Já nos anos 90, a chacina ocorre nas margens do mundo, naquelas populações que não são

vistas. Demorou, por exemplo, para se saber a amplidão do massacre em Ruanda – menos do que custou para se conhecer outra chacina numa colônia belga, que foram os crimes do rei Leopoldo no Congo – mas demorou. E nunca se deu a isso o destaque que receberam os crimes nazistas. Tribunais internacionais foram criados, bem como nacionais, porém estes últimos aplicaram pouco a pena de morte e aqueles, nenhuma vez. Governantes saíram incólumes. O mal assim se tornou periférico. Milhões morreram de fome, talvez dezenas de milhões, mundo afora. Tudo isso somente se tornou visível com a destruição das Torres. As chacinas já eram rotina, desde que a África se tornou descartável, quando a queda do império soviético fez que seus votos nas Nações Unidas e suas eventuais bases passassem a não ter importância alguma. Hitler alvejava seus inimigos malevolamente: havia uma intenção de causar-lhes mal, e basta ler por exemplo a gritaria dele e de seus acólitos com o *Kanzler* austríaco Schussnig para perceber a intenção deliberada de promover o mal, o sofrimento. Hoje, porém, morrem milhões à míngua sem que se possa dizer que tal ou qual líder investiu nessa morte em massa. Parece faltar ao conceito de genocídio algo que permita dizer que ele ocorre mesmo quando prescinde da intenção deliberada. É muito provável que a grande maioria dos que lucram com a morte dos africanos não tenha a menor intenção de que ela ocorra, e se indigne se associarmos a causa – seus lucros – ao efeito – a morte dos outros.

Será então que, em 11 de setembro de 2001, esse silêncio – esse grito silenciado – veio à tona? Não há dúvida de que, no caso, fossem facínoras os que o expressaram. Não há dúvida de que assassinaram inocentes. Não há dúvida de que agiram de maneira repugnante. Mas não fizeram pior do que os seus inimigos que matavam pessoas às pencas, com frequência infligindo um terror de Estado que talvez seja pior que o terror do indivíduo ou grupo privado. Colocaram na ordem do dia o que antes era disfarçado,

discreto. Será isso o que significa chamar o terror de *nova narrativa*? Sem dúvida, ele passa a ser a linguagem de todo um conjunto de experiências. Quem viaja de avião sente-o na carne: passagens mais caras, companhias falidas, filas enormes para revistas e controle de passaportes, crescente proibição de produtos anódinos como líquidos. São realmente necessárias essas medidas? Cabem dúvidas a respeito. Se os neoconservadores se valeram dos atentados para impor sua agenda ao mundo e para legitimar *a posteriori* um presidente norte-americano não-eleito, isto é, que carecia da legitimidade que só a maioria popular confere, então há verdade na tese, quase conspiratória, de que tais atentados constituíram um pretexto, o que porém não significa que tenham sido montados, encenados, inventados. Não espanta que o discurso da conspiração se difunda tanto, hoje. Em sã consciência, quem pode excluir que – para voltarmos alguns anos – a morte da princesa Diana e seu namorado árabe tenha sido promovida por serviços secretos ocidentais? Nossa imprensa se espanta e ri quando lê, no mundo islâmico, essas especulações. Mas com base em quê? Em afirmações de serviços de segurança que mentem como respiram? O fato, porém, é que o terror agora é uma linguagem estabelecida. Sejam quem forem os terroristas, os fanáticos muçulmanos que matam nas Torres, os pilotos de Israel que assassinam no Líbano, o fato é que o terror se tornou uma fala compreendida e que dá forma a muitos de nossos atos. Cada vez que tomamos um avião ou atravessamos uma fronteira, a linguagem do terror se faz sentir – nos atrasos, nos desconfortos, em tudo o mais. É uma linguagem nova, para a classe média. Talvez não o fosse para as classes mais pobres. Será então o terror, no sentido hegeliano, a “verdade” de nosso tempo, aquilo que dá a razão dele, que resume o seu cerne?

Aeroporto de Congonhas, noite de 4 de dezembro de 2006.